

COMPETÊNCIAS: um estudo sobre egressos de cursos técnicos que estão cursando a graduação.

BRANDÃO, Simone Maria M.¹

ALMEIDA, M.G. Ataíde de²

RESUMO: A pesquisa ocorreu com egressos de cursos técnicos tendo como objetivo examinar qual a compreensão destes estudantes em alusão às competências alcançadas e como interferiam em sua vida estudantil na graduação. A metodologia qualitativa foi utilizada através de entrevista semiestruturadas. Os resultados corroboraram que os alunos entenderam que houve desenvolvimento de competências ao longo do curso técnico e que elas lhes concederam um benefício em sua vida estudantil na graduação, além de fazerem a diferença em outros aspectos de sua vida diária.

PALAVRAS-CHAVE: Cursos técnicos. Trabalho. Educação. Competências.

SKILLS: a study on undergraduate students who are graduates of technical courses.

ABSTRACT: The research took place with students egresses of technical courses, aiming to examine the understanding of these students in allusion to the competences achieved and how they interfered in their student life at graduation. The qualitative methodology was used through semi-structured interviews. The results corroborated that the students understood that there was development of competences during the technical course and that they granted them a benefit in their undergraduate student life, in addition to making a difference in other aspects of their daily life.

Key words: Technical Courses. Work. Education. Skills.

HABILIDADES: un estudio acerca de los estudiantes egresados de cursos técnicos que hoy cursan el grado.

RESUMEN: La investigación se llevó a cabo con egresados de cursos técnicos, con el objetivo de examinar la comprensión de estos estudiantes en alusión a las competencias alcanzadas y cómo interfirieron en su vida estudiantil al graduarse. Se utilizó la metodología cualitativa a través de entrevistas semiestructuradas. Los resultados corroboraron que los estudiantes entendieron que hubo desarrollo de competencias durante la carrera técnica y que les otorgaron un beneficio en su vida estudiantil de pregrado, además de marcar una diferencia en otros aspectos de su vida cotidiana.

1 Doutoranda do curso de Ciências da Educação da Universidad de Desarrollo Sustentable – UDS, Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco-IFPE Campus Paulista.

2 Doutora em História Social (USP-1995); Pós-doutorado (Universidade de Coimbra-Portugal- 2002). Docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Palabras clave: Cursos técnicos. Trabajo. Educación. Habilidades.

INTRODUÇÃO

O Brasil viveu vários momentos no decorrer de seu percurso histórico onde a educação foi usada para responder aos interesses das classes mais abonadas. A contar do momento em que surgiram as informações sobre como a instrução seria dada, havia uma distinção muito clara de quem aprenderia a executar e quem aprenderia a racionar.

Nesse sentido, a formação técnica é um modelo pungente de como a educação deveria ser manuseada. Esta foi oferecida aos estratos mais desprotegidos, que precisavam de uma ocupação para conseguir um emprego e poder se sustentar. Com isso, o trabalhador aprendia o mínimo, para que certas operações pudessem ser feitas sem muita precisão, só o suficiente para alcançar o objetivo. E como o labor era considerado como inferior, degradante, principalmente no contexto das condições do regime escravista do Brasil, os estratos mais ricos da sociedade não consentiam que seus descendentes estivessem relacionados a esse tipo de realidade. Ampliar o tempo de permanência nas escolas para se prepararem para altos cargos era o mais adequado. (ATAIDE DE ALMEIDA, 2001).

Sob outro enfoque, com a aperfeiçoamento da tecnologia e a demanda por trabalhadores multi capacitados e adaptáveis às diferentes exigências profissionais, deixou de ser tão restritivo o contato com a aprendizagem mais aprimorada. Dessa forma, patamares mais altos de educação foram ofertados em maior proporção, não significando melhor qualidade, não por questões de justiça social, mas por exigência de mercado.

Com base nessas informações e na experiência de trabalho no Instituto Federal-IF, instituição de formação profissional, foi possível afirmar que, embora seja considerada de alto nível, não preparava para a continuidade da vida estudantil de seus alunos nos cursos de ensino superior.

Sob outro enfoque, no contato com os alunos suas narrações diziam exatamente o contrário, ou seja, que eles não estavam no instituto exatamente para possuírem um

título de técnico em determinada área, mas para terem mais chances de passar no vestibular, porque eles se preocupavam com a qualidade da educação ofertada lá.

Diante desse cenário, a motivação para a execução da pesquisa começou a surgir quando foram observadas informações em relatórios que apresentavam índices de aprovação no ENEM, em que os institutos federais-IF apareciam nos primeiros lugares nos números de classificação e, assim, universidades que utilizavam o score do ENEM para preencher as vagas oferecidas para seus cursos recebiam muitos estudantes do IF. O que parecia uma contradição. E ainda, diante do desenvolvimento de pesquisas e atividades realizadas em comunidades que contavam com o apoio de algumas instituições de ensino, o IF apareceu com certa frequência onde em momentos anteriores as universidades eram as protagonistas.

Com base nessas informações, a pesquisa em questão teve como objetivo geral analisar o entendimento que os alunos dos cursos técnicos do IF de Pernambuco tinham em alusão às competências alcançadas e como elas agora interferiam em sua vivência estudantil na graduação. E, mais especificamente, identificar como essas aptidões geraram um arcabouço de conhecimento para a graduação, no cotidiano desses egressos e em seu contato com o mercado de trabalho.

E para fundamentar as observações apresentadas acima, faz-se necessária uma breve revisão histórica. Isso será o próximo.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

No período colonial, 1500 e 1822, quando predominavam o trabalho manual e a força física, o uso do labor escravo foi introduzido no país, tanto por indígenas quanto por negros africanos, estes em maiores proporções.

Para estimular a economia, o trabalho braçal era primordial, já que a produção era baseada na extração, agroindústria do açúcar e comércio de madeira. Todo o recurso produzido nesse momento veio acompanhado de um distanciamento gradativamente maior entre os senhores e os trabalhadores na perspectiva socioeconômica. Isso também aumentou os preconceitos contra esses trabalhadores e contra todos que tinham alguma ligação com eles.

Para essa espécie de mão de obra era inexistente a formação regularizada, o que havia era a permuta de conhecimento que os trabalhadores faziam entre si. A instrução institucional e estruturada não era parte constante da vida cotidiana desse público (MOGG, 1974).

A Companhia de Jesus chegou ao Brasil em 1549 e os jesuítas tiveram a preocupação em tratar com a instrução mais intelectualizada e clássica, com aspectos humanísticos, voltados privativamente para os filhos dos colonizadores, pois somente a eles eram reservados esses direitos. O tempo dedicado ao ensino seria o máximo possível. Assim, as crianças das classes sociais mais altas eram afastadas de qualquer ofício manual e de qualquer trabalho físico.

Nessa época surgiram os núcleos nas escolas e residências dos jesuítas, com o objetivo de formar para o serviço manual.

O modelo econômico definido para o Brasil era a exportação agrícola, essa escolha foi uma determinação da Coroa Portuguesa e se deu por intermédio do pacto colonial, que significava o comércio exclusivo entre as metrópoles e suas colônias (ROMANELLI, 2012).

Esse modelo não permitia a abertura de indústrias, pois a extensão territorial além do clima tropical brasileiros favoreciam a produção de matérias-primas e alimentos, o que aumentou a produção de manufatura europeia e beneficiou muito seu conjunto de empresários.

O ensino dos ofícios sofreu alteração devido ao fato da existência de ouro no estado de Minas Gerais, pois havia a necessidade de trabalhadores mais qualificados para atuar na fundição e nas Casas da Moeda. Devido a essa necessidade, foi introduzida a instrução diferenciada, destinada apenas aos homens brancos.

Em 1808, a família real junto com D. João VI, chegaram ao Brasil e isso viabilizou várias mudanças nas esferas social, educacional, política, econômica e cultural. Pois o Brasil tornou-se o centro do reino português e neste estado foi permitido o estabelecimento e entrada em operação das indústrias. Como consequência, dentro de um ano da chegada ao Brasil houve um impulso para a introdução do Colégio das Fábricas pela família real. No entanto, como a instalação das indústrias não se

desenvolveu com a rapidez esperada, o Colégio das Fábricas não existiu por mais de dois anos e foi totalmente desativado em 1812.

Com a segregação relativa a algumas espécies de ofícios vivenciada no país até então, e as décadas de impedimento de instalações industriais, havia escassez de operários capacitados para executar as ações indispensáveis ao progresso brasileiro. A escolaridade obrigatória foi a solução viabilizada, sendo esta voltada para os estratos mais desprotegidos daquele momento, isto é: pobres, desfavorecidos e órfãos.

Somente em 1826 foi tramitado na Câmara dos Deputados uma legislação que versava sobre o ensino público, organizando-o em diversos níveis para ser implantado em todo país.

Sua aprovação ocorreu em 1827, mas houve muitas dificuldades. Eram obstáculos: a ausência de meios de execução, de prédios escolares, de docentes e a vastidão do território do país.

Do Brasil colônia ao Brasil república, a educação passou por várias etapas, ora com mais ênfase, ora menos. No entanto, a formação profissional sofreu mudanças muito tímidas até que surgiu a necessidade urgente de industrialização.

Com base em acontecimentos relevantes a partir da Proclamação da República até o momento, pode-se fragmentar esse período em, no mínimo, cinco intervalos. Inicialmente foi a Primeira República, que durou de 1889 a 1930 e foi marcada pela abolição da escravatura, das oligarquias agrícolas e dos governos civis e militares, juntamente com a ampliação do capitalismo.

Atrelada a essas modificações veio a imposição de uma formação profissional mais sistematizada. É significativo notar que esse cenário teve como características: o predomínio da ideologia positivista, o crescimento dos residentes das áreas urbanas, o progresso da industrialização, o aumento do quantitativo de pessoas oriundas de outros países e os movimentos anarcossindicalistas. Diante desse contexto, em 1909 Nilo Peçanha, ordenou a fundação de 19 escolas de Aprendizes Artífices em Campos (sua terra natal) e nas capitais estaduais brasileiros ligadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e voltadas ao ensino profissionalizante primário gratuito. Isso ocorreu em virtude do Decreto n. 7.566, de 23 de setembro.

As justificativas dadas no conteúdo do decreto supracitado para a fundação dessas escolas levavam em consideração que o constante aumento dos habitantes das cidades requer que as classes proletárias sejam dotadas de meios para sanar dificuldades cada vez maiores da luta pela existência. Que para isso se faz necessário não apenas capacitar os filhos dos pobres a obter a indispensável preparação técnica e intelectual, mas também adquirir hábitos de trabalho frutífero que os levarão longe da ociosidade ignorante, afastar-se-á uma escola do crime e da dependência. E que uma das obrigações iniciais do governo da república é formar cidadãos úteis à nação (CAIRES E OLIVEIRA, 2016).

Vale destacar que a Portaria 7.566/1909 pode ser vista como o ponto inicial das ações do governo federal em alusão ao Ensino dos Ofícios.

A começar de 1927, passou a existir uma nova classe de profissionais denominados como técnicos, o que significou um avanço.

Entre 1930 e 1945 inicia-se uma nova fase na história do país, esse período que veio a ser chamado Era Vargas, instaurado com a revolução de 1930 que fez Getúlio Vargas tornar-se Presidente do Brasil e que teve como primeiros movimentos o fortalecimento do capitalismo no país. Outro fato foi a mudança no retrato da sociedade, em razão do incremento industrial os centros urbanos receberam muitos migrantes, gerando a necessidade de estabelecer políticas públicas educacionais que correspondessem às exigências da realidade socioeconômica apresentada.

Havia novamente a exigência de qualificação dos trabalhadores para o setor produtivo. Sem a organização, o desempenho e melhoria da qualidade necessários à época, o padrão de formação profissional não tinha mais espaço. Nesse sentido, foram fundados serviços para sanar essas necessidades.

O primeiro foi o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários em 1942, conhecido atualmente como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). E em 1946 foi formado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

A segunda ação governamental para tratar das questões educacionais foi a reorganização da educação através da Reforma Capanema com suas leis Orgânicas do Ensino idealizadas entre 1942 e 1946. O objetivo era atender primeiro ao setor das indústrias e depois aos segmentos restantes e graus de ensino.

Cordão e Moraes (2017, p. 109) listam algumas dessas leis que estão diretamente relacionadas à educação profissional no Brasil e que tratam do ensino industrial, secundário, comercial, agrícola, normal e primário, publicadas através de Decreto-Lei:

. Nº 4.073/42;

. Nº 4.244/42;

. Nº 6.141/43;

. Nº 9.613/46;

. Nº 8.530/46;

. Nº 8.529/46.

A terceira ação, em 1942, foi a conversão dos Liceus Industriais ligados ao Ministério da Educação e Saúde em Escolas Técnicas e Industriais e integração delas à Rede Federal de Instituições de Ensino Industrial em conjunto com as recém criadas Escolas Técnicas de Pelotas, de Ouro Preto e do Rio de Janeiro. Sobretudo, essa Rede deveria oferecer cursos técnicos em concordância com as definições da Reforma Capanema.

Para Caires e Oliveira (2016), o que se pode dizer é que a constituição do sistema de ensino profissionalizante no Brasil foi moldada de um prisma dualista, que se reflete através da Rede Federal de Educação, que se organiza como sistema oficial por um lado, e em sistema paralelo, particularmente representado pelo SENAI e SENAC, por outro.

A Segunda República (1945-1964) significou a volta à democracia enquanto regime e se consolidou em 1946 com a publicação Constituição do Brasil, a quarta de sua história.

No então governo de Juscelino Kubitschek (JK), no diz respeito a área econômica, nos anos 1950 se destaca pelo Plano de Metas, que consistia em uma política que priorizava tecnologia, ciência, eficiência e abertura para o mercado internacional da economia brasileira, tudo isso com o intuito de desenvolvimento da indústria. A indústria de automóveis teve considerável expansão nesse momento.

Em 1959, as escolas técnicas e industriais ligadas ao Ministério da Educação e Cultura tornaram-se escolas técnicas federais com personalidade jurídica e autonomia financeira, administrativa, técnica e didática. Essas alterações trouxeram consigo a necessidade de formar profissionais com grau técnico para lidar com o progresso industrial atrelado ao Plano de Metas ou 50 anos em 5, como ficou conhecido.

Caires e Oliveira explicam que no que se refere à educação, em seguida a um vasto período de debate e discussão, em 20 de dezembro de 1961 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 4.024/1961, LDBEN/1061. Que, entre outras intenções, ela buscou acomodar as proposições dos partidários da Escola Nova e as proposições dos adeptos do ensino privado confessional, que, como mencionado, que entraram num certo embate nos anos 1930 no decurso do governo Vargas (*ibidem*, p. 70).

No campo da formação profissional, a LDBEN/1961 inseriu a paridade do ensino secundário com os cursos técnicos e permitiu o ingresso no ensino superior.

Em 1964 houve um Golpe Militar e com ele se estabeleceu o Regime Militar. Esse regime foi muito benéfico para a introdução de recurso norte-americano, levando o Brasil a se enquadrar no modelo capitalista de acumulação.

Ainda sob a análise de Caires e Oliveira, mais de 16 anos depois do estabelecimento do governo militar, intensas mudanças ocorreram no âmbito socioeconômica. Assim, o início da década de 1980 foi marcado pela dívida externa, pelo progressivo achatamento dos salários, expressivo acúmulo de renda e altas taxas de inflação, entre outros desajustes sociais e econômicos, que prejudicaram o progresso nacional. Na tentativa de buscar soluções, o governo militar procurou a ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI), obrigando o Brasil a se submeter ao capitalismo financeiro internacional e seus interesses do (*ibidem*, p. 87).

Como resultado de todos esses acontecimentos, inicia-se no Brasil um novo ciclo, a Nova República, iniciada em 1985. De princípio houve a tentativa de retirada dos militares do poder e a introdução do governo civil. Essa passagem para a democracia promoveu várias mudanças e para garantir o Estado Democrático de Direito, em 1988 foi promulgada carta constitucional brasileira que ainda está em vigor.

Não obstante, havia uma agenda neoliberal a ser efetivada, e rapidamente a inabilidade de Fernando Collor, cujo mandato começou em 1990, em satisfazer às aspirações neoliberais foi reconhecida pelos principais interessados, a burguesia nacional e o capital internacional. Não demorou muito para que Collor fosse destituído através de um impeachment passando o cargo para seu vice Itamar Franco.

Os anos 1990 foram caracterizados por mudanças na forma de ordenamento do trabalho, e com ela a educação, dada a influência das ideias de produção flexível, autonomia, livre mercado, competitividade, empregabilidade e do fortalecimento e globalização capitalistas (CAIRES E OLIVEIRA, 2016).

Esse padrão gerou as seguintes consequências: intensificação da mobilidade nos setores patronais, aumento da falta de emprego, a utilização de máquinas em detrimento dos trabalhadores.

É válido destacar que as alterações ocorridas no ordenamento capitalista produziram impacto na esfera produtiva, social, chegando a atingir o campo da educação, principalmente no que diz respeito ao que se entende por competência.

Nesse prisma, as políticas públicas voltadas para educação brasileira ficaram conectadas aos valores do mercado liberal, com vistas a submeter o governo às instituições internacionais. A tática liberal permanece a mesma: priorizar a educação, apresentá-la como viabilidade de elevação social e de popularização das oportunidades. Por outro prisma, a escola mantém-se como um lugar com elevada aptidão de reflexão crítica da realidade, com implicações para a cultura dos povos. O ato de educar contribui para o acúmulo subjetivo de forças anti-dominação, não obstante a exclusão social que caracteriza o menosprezo com as políticas públicas em boa parte dos governos. (ANDRIOLE, 2002)

O presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) aprovou e sancionou em 1996 a Lei 9.394, de 20 de dezembro, LDBEN/1996 e nessa só quatro artigos eram dedicados à formação profissional, o que a diferenciou dos outros níveis de ensino ofertados no Brasil, privilegiando a articulação em prejuízo da integração com o ensino médio, como mencionado anteriormente.

Desde o início do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, não houve interrupção das reformas efetivadas pelo governo FHC, pois todos os candidatos

assinaram a Carta aos Brasileiros antes das eleições presidenciais, comprometendo-se a dar continuidade às políticas neoliberais dos Órgãos Internacionais.

Sobre isso Caires e Oliveira declaram que o contexto da educação brasileira, em particular da Educação Profissional, o governo Lula comprometeu-se com os educadores progressistas de anular o Decreto nº 2.208/1997, símbolo do caráter autoritário que o governo FHC conferiu à reforma da Educação Profissional. Pensando nisso, além de reuniões e audiências, ocorreram seminários nacionais organizados pelo MEC por intermédio da SEMTEC para estimular a discussão (ibidem, p. 135).

Essas ações tiveram diversas consequências e uma delas foi a substituição do Decreto n. 2.208/1997 pelo Decreto n. 5.154, de 23 julho de 2004, que concluíram que a Educação Profissional seria aperfeiçoada fazendo uso de programas e cursos que possibilitassem a formação inicial e continuada, formação profissional técnica de grau intermediário e tecnológica de graduação e pós-graduação.

De um certo modo, é evidente que o governo Lula fez uma tentativa de conciliar os diferentes anseios de diversos conjuntos político-ideológicos e estratos sociais.

No final de 2008, foi promulgada a Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, ligada ao Ministério da Educação. Essa rede seria composta por instituições restantes das escolas agrotécnicas e técnicas federais, os CEFETs, e com esse modelo recém instituído assumiram uma configuração multicampi, prestar contas a uma reitoria e se dedicar ao ensino, à pesquisa e à extensão. Ofertar formação profissional em vários graus, começando pelo ensino médio integrado, técnico chegando ao doutorado (BRASIL, 2008).

Esse formato se mantém até o momento, o aporte de recursos foi massivo e os frutos começam a surgir. A sua abrangência é de âmbito nacional e alcança localidades que outrora não tinham perspectivas de acesso a formação profissional de qualidade e gratuita.

ASPECTOS EPISTEMOLÓGICOS

Segundo o pensamento de Gil (2002, p.162 e SILVA, 2011 p.101), a metodologia inclui o esquema a ser seguido na condução do estudo e o seu ordenamento se modifica a partir das especificidades de cada estudo. Com base nessa consideração, o

método qualitativo foi definido para este estudo como o mais adequado aos objetivos aqui definidos. Essa escolha foi consequência do entendimento de que o método qualitativo não busca mensurar ou enumerar unidades, mas tornar a clara a essência do problema numa perspectiva mais profunda que se dependesse só de informações que se possa quantificar perderia poder sua natureza.

Richardson (2008, p. 82) observa que a conduta do método qualitativo, no que se refere aos procedimentos metodológicos, a pesquisa de campo qualitativa utiliza técnicas de entrevista e observação, em particular pela peculiaridade como adentram nos detalhes mais profundos de uma circunstância.

Em concorância com o pensamento de Laville & Dionne (1999), para coletar informações sobre acontecimentos relativos à humanidade, o investigador pode examinar documentos que abordem o assunto ou encontrar essas informações observando ou entrevistando pessoas.

Visto que a pesquisa é qualitativa, seleção de ferramentas apropriadas para obter os dados necessários para uma melhor compreensão do tema da investigação, é de singular importância. Nesse sentido, a entrevista foi escolhida como ferramenta para delinear o estudo realizado e dele extrair as informações vitais para continuidade do estudo.

As entrevistas disponibilizam benefícios como: acesso a um acervo informativo grandioso devido ao seu estilo aberto, pois podem ser tratadas de forma semiestruturadas; disponibilizam a quem entrevista a possibilidade de esclarecer dúvidas e incluir roteiros que não tinham sido antecipados; além disso, são estratégicas no sentido de evitar a ocorrência de equívocos, pois antevê uma série de detalhes que serão úteis para que o resultado seja satisfatório (ROSA e ARNOLDI, 2006, p. 87).

Para tanto as entrevistas, foram elaboradas previamente perguntas para buscar dados sobre os alunos nas diferentes áreas da sua vida, que consistissem em detalhes que trouxessem compreensão no decurso da formação técnica, da sua graduação, do seu dia a dia e do seu vínculo com o mundo de trabalho.

Os participantes responderam às seguintes indagações:

Percurso estudantil e identificação pessoal: campus, curso técnico, instituição de ensino superior (IES), graduação em progresso, período, gênero, idade.

Competências manifestadas no curso técnico e graduação

. Você identifica que alguma competência foi desenvolvida no decurso do ensino técnico e que atualmente faz distinção na graduação?

. Descreva uma circunstância em que o que foi mostrado no decurso do curso técnico lhe colocou em vantagem comparado aos estudantes da sua turma de graduação.

Competências manifestadas no curso técnico e vida diária

. O que você foi capaz de desenvolver é proveitoso em seu cotidiano?

. Descreva uma circunstância em que ficou evidente que o que foi mostrado no decurso do curso técnico lhe viabilizou resolver algum problema de sua rotina.

Ensino superior e formação técnica

. O que você acredita ter influenciado na sua escolha de, posteriormente ao curso técnico, cursar a licenciatura ou o bacharelado?

. Houve interferência dos componentes curriculares que você estudou no decurso da formação técnica na definição da licenciatura ou do bacharelado que você está fazendo?

Trabalho e educação

. No decurso e/ou depois do curso técnico você já teve algum vínculo com o mundo do trabalho?

Com as entrevistas transcritas em mãos, o próximo passo seria então analisar o que foi dito pelos alunos.

A apuração dos dados foi feita fazendo uso da aplicação da Análise do Discurso (AD) para procurar as concepções ideológicas presentes nas falas dos entrevistados. Essa escolha foi feita porque enfatiza a relevância da discursividade apontada não pela dedução, mas pelo raciocínio.

A AD, para ser melhor compreendida, necessita do entendimento do que trata o discurso. Orlandi (2005, p. 15) concebe que, etimologicamente, o vocábulo discurso, carrega uma ideia de movimento, de percurso. Assim, o discurso segue de uma posição divergente a outra: se cede ao que vemos, é porque obedecem ao que encobre. Examinar o discurso significa fazer desaparecer e reaparecer as contradições, mostrando o jogo que estão jogando; deve ser manifestado como pode expressá-las, incorporá-las ou dar-lhes uma aparência efêmera (FOUCAULT, 2005).

Fairclough (2001, p. 90), em alusão à prática social, avalia o vocábulo discurso na condição de manejo da linguagem como um modo de prática social e não como uma atividade estritamente pessoal ou reflexo de variantes em cada circunstância.

A análise do discurso (AD) não tem como foco a língua nem a gramática, nem o discurso. O discurso é uma ação da linguagem. Sem um ponto inicial ou final absoluto do discurso. Um dito está relacionado a outros ditos realizados, possíveis ou imaginados (ORLANDI, 2005).

Como complemento para o exame dos dados, também foram levadas em conta formações discursivas (FD). Foucault (2005, p.43) entende que elas simbolizam um conceito fundamental de AD. Ele informa que sempre que for possível descrever, entre uma determinada quantidade de enunciados, sistemas de dispersão semelhantes e se você pode definir uma constância, uma convergência, uma ordem, funcionamentos, posições, transformações, por convenção, dizemos que é uma FD.

Segundo Maingueneau (2001), as formações discursivas estão abertas às mais diversas interpretações, considerando a complexidade em que estão envoltas, levando à absorção de novas formações discursivas capazes de estabelecer novas conexões de valores.

A análise do discurso entra como uma disciplina inacabada e em construção, problematizadora da linguística, porque vai guiando pelas inter-relações com os conceitos que compõem a teoria do discurso: como sujeito, história, ideologia, sentido e o próprio discurso, surpreendendo pelo sentido e tendo uma interação mais direta com a realidade. O desafio que a análise do discurso propõe é, portanto, realizar leituras reflexivas e críticas que não reduzam o discurso a uma análise unicamente linguística nem o diluam em um trabalho histórico sobre conjunto de regras de verdade. Ela age com a noção de ideologia, que encarna o princípio da contradição subjacente às relações de grupos sociais com as quais as ideias se chocam em um equilíbrio de poder. Leva também em conta os aparelhos ideológicos de estado e as noções de interpretação/submissão (BRANDÃO, 2004).

Nesse sentido, este estudo quis apresentar os resultados alcançados por intermédio da análise do discurso (AD) oriunda das formações discursivas (DF) das entrevistas realizadas.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

As entrevistas ocorreram 20 alunos que concordaram em participar do estudo e tinha idades variando entre 18 e 21 anos, apenas um aluno era mais velho. E quanto ao gênero: 15 (masculino) e 05 (feminino). Os alunos pesquisados são representados pela letra E seguida de um numeral arábico. Esta iniciativa procura dar resposta à necessidade de garantir o anonimato e também que não haja distorções no momento da interpretação dos dados.

Para facilitar a identificação, as instituições de ensino superior são representadas com a letra I e um número arábico. Dessa forma, a mesma identificação foi mantida, ressaltando que a instituição I3 oferece ensino nos dois formatos. A I3 possui vários campi, mas apenas dois tiveram alunos entrevistados e na Tabela 1 eles foram identificados como Campus 1 e Campus 2.

Tabela 1. Disposição dos entrevistados quanto às instituições e cursos

Entrevistado - Código	Campus	IES	Campus	Curso técnico
E1	C1	I2	C1	Administração
E2	C1	I3	C1	Administração
E3	C1	I3	C1	Administração
E4	C1	I1	C1	Administração
E5	C1	I5	C1	Administração
E6	C1	I4	C1	Administração
E7	C2	I4	C2	Segurança do Trabalho
E8	C1	I4	C1	Manutenção e Suporte em Informática
E9	C2	I4	C2	Eletrotécnica
E10	C2	I4	C2	Mecânica
E11	C2	I4	C2	Eletrônica
E12	C2	I4	C2	Edificações
E13	C2	I4	C2	Edificações
E14	C2	I4	C2	Mecânica
E15	C2	I4	C2	Mecânica
E16	C2	I4	C2	Eletrotécnica
E17	C2	I4	C2	Mecânica
E18	C2	I4	C2	Mecânica
E19	C2	I4	C2	Química
E20	C1	I3	C1	Manutenção e Suporte em Informática

Na entrevista, os voluntários tinham como base que competência é a aptidão de agir de forma eficaz em uma circunstância, combinando e mobilizando recursos intelectuais e emocionais em tempo real e de forma relevante (PERRENOUD, 2013).

Sabendo dessas informações, os respondentes puderam aprofundar suas reflexões e expor sua compreensão sobre cada questão formulada.

Na análise do discurso (AD) dos alunos, isso ficou claro, pois majoritariamente, eles entendem que no decurso dos estudos técnicos tiveram o desenvolvimento de certa aptidão que os distingue na graduação atualmente.

Entendimento relativo às competências obtidas

FD: Competências obtidas no curso técnico e graduação	
Identificação do entrevistado	Resumo da resposta analisada
E13	Sim, o curso técnico dá conhecimento em várias áreas, desenvolvimento de lógica e das relações interpessoais, como se portar em um ambiente de trabalho. Distingue os alunos que tiveram dos que não tiveram contato por esse ensino e agora estão na graduação.
E14	Sim, o curso técnico tem como objetivo formar a pessoa na resolução de problemas, organização e isso leva para a vida.

Há um consenso de que as competências foram desenvolvidas e que fazem alguma distinção tanto na graduação, como na vida.

Sobre a educação, Ferretti, Silva Jr. & Oliveira (1999, p. 160) refletem que na área da vida em sociedade, a educação (incluindo a escolarização), ainda que não seja explicitamente sugerida a formação profissional, dá contribuições valiosas nos diversos aspectos da vida, incluindo o espaço econômico. À parte as finalidades para as quais a formação educacional é proposta em uma determinada sociedade (a formação escolar, sobretudo), as pessoas educadas são o resultado de diferentes ações educativas (sejam elas efetuadas, entre outras, pela família, igreja, escola), e vão ser inseridas de algum modo na economia onde, fazendo uso dessas ações, exercem as habilidades que desenvolveram, seja no âmbito produtivo (em seus diversos aspectos) ou da circulação. Diante disso, é inegável que na vida econômica há uma importante contribuição da educação.

Exposição de uma circunstância experienciada na graduação

FD: Competências obtidas no curso técnico e graduação	
Identificação do entrevistado	Resumo da resposta analisada

E4	Sim, em componente curricular cursado na graduação foi solicitada a confecção de um documento de uma empresa fictícia e foi mais prático realizar a tarefa, pois já tinha uma visão do assunto junto com o grupo e passar informações para os outros grupos.
E11	Sim, há componente curricular na graduação que é idêntico ao estudado no curso técnico, o que permitiu auxiliar os outros estudantes sobre esse assunto.

Em geral, os pesquisados associam esse ganho ao fato de já terem tido contato com alguns componentes curriculares do curso técnico e terem contato novamente agora, na condição de graduandos, porém com maiores exigências. No entanto, constatam que os colegas ou tem grande dificuldade em se envolver com o assunto ou não conseguem sequer responder às perguntas dos docentes.

Aplicabilidade na vida diária

FD: Competências obtidas no curso técnico e cotidiano	
Identificação do entrevistado	Resumo da resposta analisada
E4	Sim, com o curso técnico em administração foi possível tornar-se alguém com mais organização. Administração está em tudo.
E12	Sim, é possível que haja a aplicação na resposta para algumas questões, resolução de problemas caseiros.

Exposição de uma circunstância experienciada no cotidiano

FD: Competências obtidas no curso técnico e cotidiano	
Identificação do entrevistado	Resumo da resposta analisada
E11	Sim, às vezes equipamentos pessoais quebram devido à oscilação de energia decorrente do trabalho de uma oficina vizinha, o que acarreta problemas. Posteriormente ao curso, com o conhecimento adquirido, foi possível realizar a manutenção do equipamento e ainda informar aos seus membros sobre o prejuízo causado pelo trabalho realizado na oficina.
E17	Sim, em um momento em que o carro em que estava parou de funcionar. Foi possível detectar o motivo do problema, analisando os detalhes junto com outra pessoa.

A maior parte dos alunos reconhece o quanto é proveitoso o que eles desenvolveram em suas rotinas. Alguns vinculam o conhecimento adquirido a momentos nos quais esse conhecimento pode ser aplicado em casa ou em trânsito, observando falhas ou acertos de procedimentos.

Eles enfatizam que a organização é um fator que não só faz muita diferença nos estudos, mas em outras áreas da vida também, embora entendam que ainda podem melhorar nesse aspecto. Eles descobriram que se tornaram mais observadores e administram melhor seu tempo para que possam concluir as ações necessárias para dar continuidade à graduação.

Em sua síntese, Manfredi (1998) fala sobre competências de performance pessoal racional e com eficiência em busca de metas e resultados e adapta objetivos e meios para isso.

Interferência na escolha de cursar a graduação

FD: Ensino superior e formação técnica	
Identificação do entrevistado	Resumo da resposta analisada
E8	Através do curso técnico foi descoberta a aptidão para ensinar. Em decorrência disso estar realizando a graduação na área da educação.
E20	A área técnica leva ao interesse de continuar com os estudos e seguir para patamares mais elevados de conhecimento após a graduação.

Entende-se que os entrevistados compreenderam essa fase de formação técnica como uma afirmação de sua vocação existente. Ainda há aqueles que já estavam convencidos de que iriam se formar e a formação técnica serviu para se direcionar para o curso escolhido. E também aqueles que, depois do curso técnico, constataram que não era o que queriam e outros reconheceram outras habilidades.

Há quem entenda que os estudos técnicos por si só não são suficientes para sobreviver no mercado de trabalho, e depois há a questão do pagamento que nem sempre é atrativo.

Apple (1982) discute o enfoque de teóricos que tratam sobre currículo e destaca circunstâncias em que acreditam que há uma distinção com base em inteligência e habilidade e que, portanto, é indispensável um currículo para prover esses elementos, pois teriam obrigações sociais diferenciadas. Isso concederia poder e privilégio diferenciados, uma vez que sua conquista traria mais benesses à sociedade em comparação com outros membros.

Interferência dos componentes curriculares cursados

FD: Ensino superior e formação técnica	
Identificação do entrevistado	Resumo da resposta analisada
E1	Sim, houve influência dos componentes curriculares do curso técnico na escolha de cursar administração.
E5	Não, a afinidade era praticamente geral, não havendo um componente curricular em particular.
E6	Sim, tanto o componente curricular quanto o projeto de extensão confirmaram a escolha.

Nesse aspecto, os FDs divergem, pois alguns voluntários afirmaram se identificar com os componentes curriculares como um todo, alguns que não foram os componentes curriculares técnicos que influenciaram, mas as do ensino médio que cursaram simultaneamente. Outros, entendiam que a interferência vinha não só dos componentes curriculares estudados, mas também do que experienciaram em projetos. Finalmente, outros ainda que, além do componente curricular, entenderam que dentro da graduação poderiam passar para outras áreas que pudessem levá-los a atingir seus objetivos, utilizando o conhecimento adquirido na formação técnica com esse caminho recém-escolhido.

Trabalho e educação

FD: Trabalho e educação	
Identificação do entrevistado	Resumo da resposta analisada
E1	No decorrer do curso técnico começou a trabalhar em empresa familiar.
E9	Não houve contato com o mercado de trabalho por não ter feito a parte prática, só a teórica.
E14	O IF não ajuda na oferta oportunidades para que o estudante tenha contato com as empresas, muitas vezes o aluno tem que procurar o estágio, o que dificulta esse vínculo e o diploma no final não é recebido.
E20	A área de informática é altamente competitiva, mas também requer profissionais muito bons. Porém, é possível conseguir oferta de serviços para realizar.

Referente ao mundo de trabalho, um número considerável de voluntários informou que não possui vivência fora do próprio campus. Pela dificuldade de estagiar, eles preencheram suas horas práticas com pesquisa, monitoria etc. Alguns voluntários nem sequer consideram essa prática como trabalho neste momento.

As FDs relacionadas a esse tema são muito interessantes, pois trazem alguns entendimentos sobre o trabalho tratados em linhas anteriores quando se foi falado sobre atividade intelectual e manual, ou quando se tratava de pagamento e quando o técnico, embora com mais conhecimento prático esteja presente, é menos reconhecido que o graduado.

Saviani acrescenta que a educação destinada ao progresso econômico e ao trabalho devem explicar o quanto é necessária a adaptação com o seu tempo e, assim, expor aos jovens o quanto é importante a atividade laboral como fonte de ganho material e cultural (2008, p. 98).

Também é válido mencionar que a escola é um ambiente onde influências externas fazem parte de sua rotina, as diretivas do mercado estão aí incluídas. Isso atinge fortemente os estudantes em fase de estruturação para se inserir nesse espaço e a concorrência será uma constante nesse momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, emergiu que há um entendimento entre os alunos pesquisados de que eles adquiriram competências no período da formação técnica e que isso trouxe ganhos para o seu cotidiano estudantil agora que são graduandos. Ficou evidente também que essas aptidões lhes trouxeram benefícios em seu dia a dia, pois afirmam ser mais organizados, responsáveis e mais dispostos a trabalhar em grupo, ter iniciativa e desenvolver um trabalho de maior qualidade. Outro fato a ser destacado é que o difícil acesso ao mundo do trabalho os motivou a buscar alternativas para se manterem ativos e a graduação viabilizou essa ideia.

O conhecimento produzido nesta pesquisa não termina aqui e seria oportuno aprofundar a discussão e acrescentar outros elementos a ela, não somente relativo aos participantes, como o envolvimento dos docentes, mas também a outros elementos que podem influenciar os resultados. O desenvolvimento de competências revelou-se significativo para os alunos participantes e um envolvimento mais pleno com este tema poderia fazer com que outros alunos se sentissem mais empoderados não só para os diferentes aspectos da vida, bem como para suas escolhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRIOLE, I. (2002). **As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo**. Revista Espaço Acadêmico. Ano II, Nº 13. Disponível em: <<https://www.espacoacademico.com.br/013/13andrioli.htm>>. Acesso em 21 de ago. 2014.

APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ATAIDE DE ALMEIDA, M. G. A. A construção da verdade autoritária. SP: Humanitas/USP, 2001.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à análise do discurso**. 7. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BRASIL. Lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da União—Seção 1**.

CAIRES, V. G. E OLIVEIRA, M. A. M. Educação Profissional Brasileira: Da Colônia ao PNE 2014-2024. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CORDÃO, F. A. E MORAES, F. Educação Profissional no Brasil: síntese

FAIRCLOUCH, N. (2001) **Discurso e mudança social**. Editora Universidade de Brasília. Brasília.

FERRETTI, C. J., SILVA JR., João dos Reis & OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

FOLCAULT, M. (2005) **A Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves - 5ª edição - Rio de Janeiro: Forense Universitária.

LAVILLE & DIONNE, C. **A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre: UFMG, 1999.

MAINGUENEAU, D. (2001). **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez.

MANFREDI, S.M. **Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas**, 1998. Disponível em: <www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/EDS/VOL19N64/EDS_ARTIGOS19N64_1.PDF>. Acesso em: 14 jun. 2019.

MOGG, V. **Bandeirantes e Pioneiros**. São Paulo: Nova Fronteira, 1974.

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**, 6. d. São Paulo: Pontes, 2005.

PERRENOUD, P. **Desenvolver Competências ou Ensinar Saberes?: A escola que prepara para a vida.** Porto Alegre, Penso, 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social – métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

ROSA, M.V.F.P.C., ARNOLDI, M.A.G.C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2012.

SAVIANI, D. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.